



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MARILIA DE LIMA PAIXÃO**

**O “ENSINO RELIGIOSO” EM UM CEMEI NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA:  
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO**

**SANTARÉM - PA  
2025**

**MARILIA DE LIMA PAIXÃO**

**O “ENSINO RELIGIOSO” EM UM CEMEI NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PA:  
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura em Pedagogia, apresentado ao Instituto de Ciências da Educação como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.  
Orientador: Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro.

**SANTARÉM - PA  
2025**

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

---

P149e Paixão, Marília de Lima  
O ensino religioso em um CEMEI no município de Santarém – PA: um estudo etnográfico./ Marília de Lima Paixão. – Santarém, 2025.  
28 p.: il.  
Inclui bibliografias.

Orientador: Alan Augusto Moraes Ribeiro.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em Pedagogia.

1. Educação infantil. 2. Currículo. 3. Proselitismo. I. Ribeiro, Alan Augusto Moraes, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 371.07098115

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Nilceia Taveira, que sonhou com esta conquista antes mesmo de mim. Às minhas irmãs, meu irmão e cunhado, que são meu alicerce e combustível, sem vocês, essa trajetória teria sido muito mais difícil. Às minhas amigas, pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo e por todos os momentos compartilhados. Ao meu orientador pelas valiosas orientações que nortearam este trabalho e as palavras de incentivo. E, por fim, à Universidade Federal do Oeste do Pará, instituição que, ao longo destes quatro anos, me proporcionou não apenas conhecimento acadêmico, mas também experiências transformadoras e a oportunidade de crescer como profissional e ser humano.

## RESUMO

Este trabalho consiste em uma pesquisa etnográfica desenvolvida em um Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Santarém-PA, que a partir da observação participante e análise documental, investigou os conteúdos, ações e discursos religiosos que são realizados no cotidiano escolar e que não estão previstos nas orientações nacionais de educação. Como resultado, este estudo etnográfico conseguiu identificar a presença da religião cristã nas práticas cotidianas das professoras das turmas de maternal II e pré II, embora de forma distintas. Além disso, observamos a presença de um tipo de “ensino religioso clandestino” nos documentos do CEMEI mesmo que seu objetivo geral seja promover uma educação alinhada com as normas oficiais da LDB, ECA e BNCC. No que identificamos como práticas religiosas *proselitistas* das professoras, constatou-se a presença de orações, no discurso associando obediência a recompensas divinas, no uso de cantigas cristãs para fins lúdico-pedagógico no momento da brincadeira e nas apresentações de cunho religioso, como a páscoa e o natal. Fundamentando-se nas normas que regem a educação e autores como Bourdieu, Passeron, Nogueira, Rizzo, Sclaro, Silva, Branco e Corsino, entendemos que tais práticas são *proselitistas*, e não só apresentam uma visão limitada de fé, como produzem violência simbólica no ambiente educacional, resultando na reprodução pelas próprias crianças. Conclui-se pela urgência de formação continuada para os profissionais e pela revisão e reelaboração dos documentos curriculares do CEMEI, assegurando o respeito ao caráter laico da educação pública.

**Palavras-Chave:** Educação infantil; Currículo; Proselitismo.

## **ABSTRACT**

This ethnographic study, conducted at a Municipal Early Childhood Education Center in the city of Santarém, Pará, used participant observation and document analysis to investigate the religious content, actions, and discourses that occur in daily school life and are not covered by national education guidelines. As a result, this ethnographic study identified the presence of Christianity in the daily practices of preschool and kindergarten teachers, albeit in distinct ways. Furthermore, we observed the presence of a type of "clandestine religious teaching" in CEMEI documents, even though their overall objective is to promote an education aligned with the official standards of the LDB, ECA, and BNCC. Among what we identified as the teachers' proselytizing religious practices, we observed the presence of prayers, discourse associating obedience with divine rewards, the use of Christian songs for playtime, and religious presentations, such as those at Easter and Christmas. Based on the norms governing education and authors such as Bourdieu, Passeron, Nogueira, Rizzo, Scolaro, Silva, Branco, and Corsino, we understand that such practices are proselytizing and not only present a limited view of faith but also produce symbolic violence in the educational environment, resulting in the reproduction of such practices by children themselves. We conclude that ongoing training for professionals and the review and reworking of CEMEI's curricular documents are urgently needed, ensuring respect for the secular nature of public education.

**Keywords:** Early childhood education. curriculum. Proselytizing.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 EDUCAÇÃO INFANTIL E RELIGIÃO: QUAIS SÃO AS APROXIMAÇÕES?.....</b>	<b>10</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
3.1 Observação da turma de Pré II.....	15
3.2 Observação do Maternal II.....	19
3.3 Análise documental.....	22
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>23</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa etnográfica sobre atividades de ensino e práticas pedagógicas de professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) no município de Santarém-PA. O foco central da descrição versa sobre conteúdos, ações e discursos religiosos que são realizados no cotidiano e que não estão previstos no currículo formal de ensino.

Jordana Branco e Patrícia Corsino (2015) afirmam que, mesmo sem estar incluída curricularmente em uma aula formal na Educação Infantil (EI), a religião e a religiosidade se fazem presentes neste ambiente escolar. As autoras sugerem que a Educação Infantil pode ser um espaço de possibilidades que influenciam a formação individual e coletiva das crianças ou um ambiente onde os adultos impõem suas crenças. Desta maneira, durante o exercício cotidiano do trabalho docente neste Centro de Educação Infantil, ideias, pré-noções e pensamentos individuais das professoras aparecem em seus trabalhos pedagógicos sob a forma de ensino formal, confundindo-se com o conteúdo que deveria ser ensinado curricularmente.

Informações e dados empíricos sobre certos aspectos informais do trabalho docente, tais como os que serão apresentados adiante, são melhor coligidos e observados em um trabalho de pesquisa que se debruça na observação do cotidiano da instituição, sobre o que os professores efetivamente fazem em sala. Assim, dentre as vantagens de realizar uma pesquisa de orientação etnográfica em sala, incluem-se: 1) a possibilidade de realizar uma escuta atenta e sistemática dos relatos das professoras da educação infantil; 2) a oportunidade de promover momentos de reflexão docente sobre as práticas educativas com as crianças, bem como de analisar o impacto dessas práticas que transcendem os muros da instituição.

Ao descrever a relação entre prática docente no CEMEI e currículo oficial, poderemos apontar para a presença de um currículo oculto que norteia as ações de professoras no Centro Educacional. Conforme Tomaz Silva, o currículo oculto:

[...] é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (Silva, 2023. p. 78)

A partir deste conceito, que permite identificar a existência de conteúdos e ações pedagógicas não-oficiais ou imprevistas em currículo oficial, podemos refletir sobre os impactos que tais conteúdos e atividades pedagógicas têm na formação das crianças. Por isso, é importante discutir a relação entre o currículo oficial do CEMEI e a prática docente das professoras da educação infantil nas salas de referência. Ao focar nesta relação, podemos entender melhor o que faz parte do currículo oficial e o que faz parte do currículo oculto, dentro da instituição, com base no discurso das professoras da EI.

Observa-se, inicialmente, que práticas de religiões socialmente dominantes são destacadas em datas comemorativas, eventos e outras ocasiões nas creches, revelando uma visão limitada da diversidade, que inconsciente ou conscientemente provoca uma violência simbólica. Pierre Bourdieu e Jean Passeron (1982) escrevem:

Compreende-se que o termo de violência simbólica, que diz expressamente a ruptura com todas as representações espontâneas e as concepções espontaneístas da ação pedagógica como ação não-violenta, seja imposto para significar a unidade teórica de todas as ações caracterizadas pelo duplo arbitrário da imposição simbólica. Compreende-se ao mesmo tempo a dependência dessa teoria geral das ações de violência simbólica (sejam elas exercidas pelo curandeiro, pelo feiticeiro, pelo padre, pelo profeta, pelo propagandista, pelo professor, pelo psiquiatra ou pelo psicanalista) a uma teoria geral da violência e da violência legítima (Bourdieu; Passeron, 1982, p. 13).

A partir das considerações dos autores, pode-se compreender que a violência simbólica é utilizada para naturalizar valores que não são universais, moldando nas pessoas um pensamento que parece ser legítimo. Os autores afirmam que há muitas figuras de poder que utilizam deste tipo de violência para difundir suas ideias e valores, entre eles os professores. Neste caso, o que destacamos é que uma instituição pública de ensino infantil não deveria impelir às crianças apenas uma vertente de fé. Pelo contrário, deveriam ampliar os horizontes culturais na educação infantil, reconhecendo e integrando as múltiplas manifestações culturais e religiosas presentes na comunidade escolar.

Apoiada nos conceitos de currículo oculto e violência simbólica propostos pelos autores, esta pesquisa investigou a presença do que chamamos de

*proselitismo*<sup>1</sup> nas práticas pedagógicas da educação infantil. Através de uma etnografia, utilizou-se a observação participante e a análise documental para compreender como isso se manifesta nas abordagens dos educadores e nas reações das crianças. A fim de responder os seguintes questionamentos: Como o *proselitismo* se manifesta como conteúdo escolar oculto? Quais práticas docentes podem ser identificadas como *proselitistas*?

## 2 EDUCAÇÃO INFANTIL E RELIGIÃO: QUAIS SÃO AS APROXIMAÇÕES?

O papel da religião na formação educacional das crianças tem raízes históricas profundas. Maria Isabel Bujes (2009) destaca a influência da Igreja na alfabetização dos fiéis e nas disputas religiosas, que moldou a educação infantil desde os seus primórdios. Por isso, o entendimento das orientações curriculares e das práticas docentes deve considerar essas influências históricas e como elas se refletem nas práticas contemporâneas. No caso das creches, a autora revela que:

No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico.

[...] Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, comesçassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar (Bujes, 2009, p.81- 82).

Nessa perspectiva, as creches surgem como uma alternativa pensada por instituições religiosas, comerciais e educacionais para enfrentamento às condições precárias vivenciadas por muitas crianças pequenas. Todavia, apesar de simbolizar um avanço para a segurança física/alimentar dessas crianças, a creche como instituição não nasce vinculada a um objetivo pedagógico específico, como evidenciou o autor.

Descrevendo a história das crianças desde a antiguidade, Gilda Rizzo (2000) afirma que naquele período elas eram vistas como fruto do pecado da carne. Em outros períodos, as crianças não tinham o menor valor e era considerado natural

---

<sup>1</sup> O proselitismo é a tentativa de converter pessoas a uma religião ou crença.

abortar, descartar, maltratar e negligenciá-las. Por muito tempo, as crianças e as mulheres eram vistas como seres inferiores e isso se estendeu até o século XVIII. No século seguinte, a situação não teve tantos avanços, os médicos se recusaram a atendê-las e esse cuidado passou a ser de mulheres mais pobres, que cuidavam das doenças infantis, e eram nomeadas de curandeiras. Na Europa, com as guerras napoleônicas, a preocupação em manter as crianças vivas aumentou, visto que os homens que iam para a guerra sucumbiam mais rápido do que poderiam repor. Isso fez com que a igreja e o Estado encontrassem nas crianças a solução para este problema, surgindo, assim, uma nova concepção de criança. O aborto passou a ser proibido, mas as crianças e mulheres não tinham direitos como cidadão, apenas deveres (Rizzo, 2000).

Com a revolução industrial, as crianças e suas mãozinhas pequenas foram de grande utilidade para manusear as máquinas. As menores, que não poderiam ir para as fábricas, eram deixadas por suas mães com outras mulheres mais pobres e despreparadas para este serviço; a demanda era alta e os recursos escassos, logo, a mortalidade infantil voltou a crescer. Com o passar do século, a luta por asilo institucional para as crianças abandonadas começou a ser desenvolvida, porém, a indiferença com as crianças permanecia. As mulheres começaram a gritar por seus direitos, garantindo algumas conquistas, e a situação das crianças foi acompanhando essas mudanças vagarosamente, até chegar na escola que conhecemos hoje (Rizzo, 2000).

Vital Didonet (2001) escreve que a creche tem um caráter social, chegando primeiro nas mulheres mães pobres, que além do trabalho não remunerado de cuidado, também fazem parte da vida econômica e precisam de tempo para trabalhar; logo, necessitam das instituições públicas para este apoio. Entretanto, a creche não é mais apenas um lugar para que as crianças passem o tempo, há também um caráter político, para a formação desse pequeno cidadão, pois é na creche que a criança tem seu primeiro contato com outras pessoas fora do seu ambiente familiar, e também onde aprende e assimila regras de convivência social.

Tomando a compreensão das creches como um espaço político e de formação cidadã, é interessante resgatar diferentes estudos que versam sobre as influências religiosas na educação. Jordana Branco e Patrícia Corsino (2015)

mostram como os discursos religiosos podem influenciar a formação das crianças e criar uma visão limitada da diversidade religiosa. Julianna Nogueira (2017), por sua vez, discute as leis e as práticas do ensino religioso, questionando a eficácia e a inclusão de uma abordagem pluralista. Já Silvia Scolaro (2021) aborda a violência simbólica, ilustrando como práticas aparentemente neutras podem, na verdade, transmitir uma visão religiosa dominante. Nesse sentido, compreendemos que a influência religiosa na educação infantil é uma realidade e que ela pode estar mais ou menos explícita, mas ainda presente.

Pensar na história da educação das crianças na Educação Infantil, segundo Maria Isabel Bujes (2009), é rememorar as influências do pensamento moderno e com ela a presença da igreja e seus instrumentos de dominação. Assim, não se pode olhar para a educação infantil apenas como um lugar onde a criança passa o tempo sendo cuidada enquanto seus pais trabalham, pois existem diferentes orientações políticas em disputa no processo de ensino e aprendizagem. Mesmo que na educação infantil as crianças tenham o direito de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BNCC, 2017), há também disputas de valores e políticas envolvidas.

Antônio Moreira e Vera Candau (2007) trazem indagações sobre a preocupação recorrente com o currículo, que mobiliza tantas pessoas para debater e desenvolver o melhor currículo para a escola, visto que o currículo envolve discussões sobre os conhecimentos escolares, procedimentos e relações sociais, conhecimentos que se ensina e se aprende, as transformações, valores e identidades que se pretende constituir nos estudantes. Logo, o currículo é uma ferramenta de poder, que pode ser moldada a partir dos interesses de quem o constroi.

Jordanna Branco e Patrícia Corsino (2015) analisaram discursos religiosos proferidos na Educação Infantil e destacaram como eles se associam às questões étnico-raciais, propagando exclusão e discriminação no contexto escolar. O estudo descreve como imagens e frases religiosas estão presentes por toda a escola em que a pesquisa aconteceu, desde a entrada do portão até a cozinha e, principalmente, no discurso das professoras, que fazem relatos que colocavam a sua religião acima das outras, tratando as crianças como participantes passivas do mesmo credo. Sendo assim, a escola naturaliza a presença de uma única religião,

levando as crianças a terem uma visão fragmentada da diversidade religiosa, impedindo que conheçam a diversidade religiosa, promovendo práticas de discriminação.

Dentro dessa perspectiva, Julianna Nogueira (2017) faz uma abordagem sobre as leis que tratam sobre o ensino religioso no ensino fundamental, destacando a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a própria Base Nacional Comum Curricular (2017). Em sua conclusão, ela apresenta o seguinte posicionamento:

O Ensino Religioso em seus muitos modelos, metodologias, pontos de vista e funções na vida de um educando nem sempre será um vetor positivo/eficaz para construção de uma sociedade do bem e livre de preconceitos, uma vez que não é exclusividade do ER acabar com prática maliciosas e a intolerância religiosa (Nogueira, 2017, p.38).

A autora acredita que não é papel da disciplina de ensino religioso salvar as crianças e os jovens de um mundo da violência ou da intolerância religiosa, nem ser capaz de transformar, sozinha, os alunos em pessoas mais tolerantes, visto que este tema é transversal e deve ser trabalhado em todas as disciplinas e níveis escolares, não sendo necessária uma disciplina para ensinar valores morais baseados em uma religião. E acrescenta:

Ainda que o discurso seja o mais libertário e pluralista possível, sabe-se da presença real de uma cultura dominante que ainda causa distanciamento e possibilita a falta de pontos em comum dentre os perfis que atualmente constituem a sociedade (Nogueira, 2017. p.38).

Mesmo que os defensores da disciplina de Ensino Religioso manifestem a ideia de que a disciplina é necessária para ensinar a boa moral, esta precisa ser constituída pelo princípio de pluralidade. Percebe-se, na prática, que há um posicionamento religioso dominante no dia a dia das escolas públicas, pois os fiéis da religião cristã, que é predominante, tendem a colocar sua crença acima das demais como única e verdadeira. Nesta perspectiva, a escola, sendo um instrumento de conhecimento, propaga a violência simbólica a partir das imposições que asseguram a dominação de uma classe sobre a outra (Bourdieu, 2012).

Silvia Scolaro (2021) exemplifica como a violência simbólica pode ocorrer no cotidiano da creche. Algumas vezes, acontece de forma velada, com cantigas,

atividades pedagógicas e conteúdos ensinados pelas professoras que buscam inculcar sutilmente medo e silenciamento nas crianças de famílias cristãs e de famílias não-cristãs. Regras e princípios de comportamento social destas religiões são, de alguma forma, usadas para fazer com que as crianças “se comportem” como a professora espera. Tais ações podem dificultar a produção de valores democráticos e a valorização e respeito à diversidade religiosas e culturais. Deste modo, é necessário repensar a prática docente quando se trata de religião dentro do contexto escolar, pois, certas atitudes que, muitas vezes, são consideradas normais, podem ser vistas como violências simbólicas cometidas pelas professoras contra as crianças na educação infantil.

A partir das considerações de Sclaro, podemos observar que esse tipo de práticas pedagógicas está em desacordo com os documentos oficiais que regem a educação escolar, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394/96), que no Art. 3º, incisos III e IV trata sobre o direito à pluralidade de ideias e o respeito à tolerância e o Art. 33º, que regulamenta o ensino religioso no ensino fundamental como uma disciplina facultativa, entretanto é apresentado como parte da formação básica do cidadão, devendo ser assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, proibindo quaisquer formas de *proselitismo*. Bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Art. 3º, que preconiza o direito que as crianças e adolescentes têm de se desenvolver física, moral, mental, espiritual e socialmente, sem discriminação a seu nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia, religião, deficiência, ou qualquer outro aspecto que as diferencie (BRASIL, 1990) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI, onde apresenta que um dos princípios das propostas pedagógicas de educação infantil é:

construir novas formas de sociabilidade e subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (Brasil, 2010, p.17)

Com base nesse conjunto legislativo e nas pesquisas analisadas, nota-se um descompasso entre a laicidade da educação, que deveria ser promovida pelo Estado, com o compromisso da sociedade e da comunidade escolar, com as práticas pedagógicas implementadas em diferentes espaços escolares. Nesse

sentido, o referencial teórico embasa a necessidade de verificar como essas questões se manifestam em Santarém-PA, para instigar a reflexão e possíveis intervenções.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa adotou como método de pesquisa o estudo etnográfico, que de acordo com Marli Eliza André (2012), pode ser considerado uma pesquisa que incorpora aspectos da etnografia, incluindo a observação participante, a análise de documentos e entrevistas intensivas. Ademais, por se tratar de um estudo etnográfico, o período de observação pode ser relativamente curto, não sendo necessário que o pesquisador permaneça longos períodos na escola.

Este estudo foi conduzido em um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) na zona urbana de Santarém-PA, sendo dividida em duas fases: 1) análise documental, para leitura do Plano de Ensino e o Plano Anual de Trabalho e 2) observação participante, onde estivemos presentes durante duas semanas para observar e participar do cotidiano de duas turmas da Educação Infantil, sendo elas: uma turma de **Pré II** e uma turma de **Maternal II**, com crianças de 5 e 3 anos, respectivamente.

#### **3.1 Observação da turma de Pré II**

Na primeira semana de observação, acompanhamos a turma de Pré II, a rotina iniciava às 13h30, quando as crianças chegavam e se distribuíam nos três jogos de mesas e cadeiras. Enquanto aguardavam a chegada dos demais, as crianças presentes conversavam em seus grupos ou procuravam algum objeto na mochila para brincar. No primeiro dia de observação, as turmas que ficam meio período na instituição, das 13h30 às 17h30, chamadas de "parcial", participaram de um momento cívico no refeitório, às 14h. A professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) entrou na sala para avisar que faltavam apenas eles para iniciar, e a professora da turma pediu para as crianças formarem uma fila e os conduziu até o refeitório.

O momento cívico ocorre todas às segundas-feiras e a cada semana uma professora é responsável por guiá-lo. Na ocasião observada, a pedagoga iniciou perguntando: “quem já falou com o papai do céu hoje?” As crianças responderam em coro “eu”. Ela continua: “agora é um momento de respeito, tá bom? Para falar com o nosso deus que nos criou e nos formou. Vamos juntar as mãozinhas assim e repetir a oração”. Em seguida, colocou o hino nacional brasileiro, enfatizando ser também um momento de respeito, por isso as crianças deveriam colocar a mão no peito ou atrás das costas. Após o hino, a professora contou para as crianças que na última sexta-feira foi comemorado o dia da escola, que a mesma era um ambiente bom, que elas não precisavam chorar pois a escola é legal.

Para finalizar, a professora responsável pelo momento iniciou a contação de uma história para as crianças sobre mulheres corajosas, devido a recente passagem do dia da mulher. Em um cartaz, havia algumas personalidades femininas famosas, como: Marta (jogadora de futebol), Fernanda Montenegro (atriz) e Maria da Penha, que foi apresentada como a criadora da Lei Maria da Penha. No entanto, o foco da apresentação ficou em Ester, uma personagem da bíblia, apresentada como um exemplo de mulher obediente a deus. A professora reforça que “o papai do céu se agrada de crianças obedientes”, e conta que a coragem de Ester estava em orar e jejuar por três dias para salvar o seu povo da morte. Ao fim da história, uma música foi tocada para que todos dançassem.

Retornando para a sala, a professora da turma inicia a aula fazendo uma oração com as crianças: “que o senhor nos abençoe, nos ilumine e que nós sejamos educadas, obedientes e comportadas”. Ao final, reforçou: “muito bem, que possamos ser obedientes porque papai do céu tá vendo a gente, quem tá se comportando, quem tá sendo obediente. Aí quando chegar lá no natal como é que vai ganhar presente?”. Uma criança diz: “professora, deixa eu falar: né que quem não obedecer não vai pro céu?” E a professora responde: “olha, eu acho que não, porque o papai do céu fica muito zangado se não obedecer.” Para finalizar o momento de oração, a professora canta com as crianças a música “O coração do menino e da menina, que tem *jesus* é diferente”. Essa rotina de oração repetia-se todas as tardes de observação na turma do Pré II.

Nas quartas-feiras, a turma tem um horário reservado na sala de mídia, ao anunciar a ida para assistir, uma das crianças sugere assistir patrulha canina, a

professora negou e outra criança comenta: “só coisa de *deus*, né, professora?”. Neste dia, durante as atividades, a professora cantava com as crianças algumas músicas, mas frequentemente ela interrompia a canção para chamar atenção de um menino, comentando que ele tirava a concentração dela. A criança busca chamar atenção da professora de qualquer maneira, seja por fazer barulho, se jogar da cadeira ou batendo em algum colega. Em uma das músicas, sobre um lobo, ele procurava ser notado e a professora adverte dizendo: “Se não obedecer, eu vou chamar o lobo para levar você”.

Notou-se que, geralmente, não havia um planejamento estruturado para as atividades. A professora conversava com a professora do AEE e as crianças conversavam entre si. Após as crianças realizarem uma ou duas atividades, geralmente de pintura, e o restante do tempo era preenchido com a espera da hora do lanche, para ir ao banheiro, para encher as garrafas, para ir à sala de mídia, para a aula de capoeira para os meninos ou a aula de balé para as meninas e a espera até a hora de ir embora.

Em um diálogo com a professora regente e a do AEE, elas questionaram: “você faz pedagogia e é isso mesmo que você quer encarar?”. A professora do AEE comenta que se ela pudesse voltar no tempo, escolheria outra profissão, porque na universidade idealizam uma prática diferente da realidade. Ambas criticam a interferência da família na autoridade dos professores, elas relatam que antes era melhor de se trabalhar com as crianças, pois, hoje em dia, se elas falarem de forma grosseira com a criança e o pai ver, elas poderiam ser denunciadas. Ressaltam também que a maioria das crianças são “mal educadas” e “mal criadas”, ou seja, as crianças que não obedecem os comandos, as que se levantam ou conversam sem a professora pedir.

Enquanto as professoras conversavam, as crianças brincavam e conversavam paralelamente. A professora regente pediu silêncio: “passem um zíper na boquinha, porque quando a professora está conversando, vocês precisam fazer silêncio, para que haja um entendimento”. Ao voltar para o diálogo, a professora compara a educação atual com a de sua infância, dizendo que: “eu falo para o meu filho e sobrinho que eles estão em uma época boa, porque no meu tempo, era palmatória e castigo no milho”.

A professora do AEE tenta conduzir uma atividade com as crianças para que elas ouçam a música da dona aranha e obedecem os comandos, mas passa a maior parte do tempo brigando com as crianças por não estarem fazendo direito e diz que elas não podem ser teimosas que nem a dona aranha. Durante toda a confusão da atividade, as professoras, quase ininterruptamente pediam: “calma” para que as crianças ouvissem a música; “não puxa” quando as crianças manipulam a aranha de outro modo; “devagar”, pois elas desejavam que fosse acompanhado o ritmo da música; “sobe” quando a música dizia “a dona aranha subiu na parede”; “desce” para quando a aranha caía. Depois que a música para, a professora chama atenção das crianças, novamente, por não prestarem atenção, não conseguem obedecer os comandos e ouvir. A professora do AEE desabafa dizendo: “era para ser uma brincadeira bem legal, mas vocês não ouvem, ficam cutucando o outro, derrubando o colega da cadeira, poxa”. E acrescenta: “a gente pesquisa, se esforça para fazer uma aula legal para vocês, e vocês jogam um balde de água na nossa cabeça. Será que no vídeo é só fachada, porque não é possível que seja só com a gente”.

Nos dias de quinta-feira, os meninos têm aula de capoeira. Na ocasião, separam-se os meninos das meninas. As meninas ficam na sala com a professora, enquanto os meninos vão para a sala de mídias para a aula de capoeira. Durante a primeira quinta que estivemos no Cemei, a professora da capoeira realizou intervenções como: pedir que os alunos ficassem quietos, brigar por saírem da fila, pedir para que esperassem a vez deles de realizar a atividade. Uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi para a aula pela primeira vez, mas não participou das atividades, tanto das aulas, quanto da capoeira, ele passou a tarde brincando com os blocos de montar. O outro menino que busca atenção da professora, também foi excluído da aula por não obedecer, sentou-se embaixo da mesa e ficou vendo os outros meninos participarem da aula. Ao retornar para a sala, este mesmo menino ficou procurando a atenção da professora, e em meio a conversa com as outras crianças a professora parou e perguntou em voz alta: “tem outro autista na sala que eu não to sabendo?” Observou-se que este comportamento da professora em relação ao menino era recorrente. Em outra ocasião, durante o intervalo, ele se aproximou dela buscando um abraço, mas a professora recusou, afirmando que só abraçava quem se comportava e era obediente.

Nas sextas-feiras, a professora costuma colocar músicas cristãs da cantora Aline Barros e do grupo Diante do trono, enquanto as crianças brincam com os blocos de montar. Dentre as músicas escolhidas, uma se destacou por sua letra que dizia:

Faraó se endureceu, ninguém vai sair daqui. Deus insistiu: deixa o meu povo ir, ou o Egito eu vou ferir. Ôôôô o Egito vai sofrer. Ôôôô até você me obedecer (2x). Deus então enviou dez pragas, deixa o meu povo ir. Quando Deus mostrou o seu poder. Faraó teve que obedecer (BARROS, 2020, online).<sup>2</sup>

### 3.2 Observação do Maternal II

Nos primeiros dias com a turma do maternal, a professora demonstrou certo desconforto em ser observada, entretanto, de um modo geral, as crianças não demonstraram estranhamento com a presença de uma pessoa desconhecida na sala, exceto um menino, que chorou ao entrar e ver um estranho. A professora sentou ele em seu colo e tentou acalmá-lo, explicando que ele costumava estranhar quando havia pessoas novas no ambiente.

A professora inicia sua prática com uma oração, seguida pelas músicas “Sou uma florzinha de *jesus*” e “Casinha bem fechada”, que fala sobre o tempo. A partir dessa canção, ela inicia o tema sobre a água que está previsto para o dia. Ela questiona as crianças para que serve a água e elas respondem: “beber, lavar roupa, fazer comida, escovar os dentes, tomar banho, regar as plantas”. O menino volta a chorar e a professora diz: “não, vai ficar chorando agora, não posso colocar você no meu colo a aula toda não”. Ele continua chorando, ela fez algumas intervenções, como: “a escola é lugar de chorar?” E as crianças respondem que não.

A professora dá continuidade chamando algumas crianças para fazer a atividade com um pano no chão e a música “Lavadeira” e “Lavando a roupa”. Após a primeira rodada da atividade, ela diz para as crianças voltarem para os seus lugares e chama outras crianças que ainda não participaram. Em outro momento, outro menino começa a chorar e chamar pela mãe, seguro-o no colo, tento acalmá-lo, a professora ao ver, solicita que ele seja colocado na cadeira, para evitar que fosse criado o hábito dele buscar colo constantemente. Ao finalizar a atividade do pano, a

---

<sup>2</sup> A música narra a história bíblica das 7 pragas do Egito.

professora coloca os alguns brinquedos na mesa e ressalta que as crianças não joguem-os no chão.

O menino do início da aula continua chorando e a professora olha para ele e repreende: “para, pode parar de chorar, você vai ficar chorando agora”. A criança continua chorando e ela pergunta “você quer que eu chore também?” Ele balança a cabeça negativamente, e ela diz: “então não chora também”. Enquanto as crianças brincam, a professora chama as crianças de duas em duas para pintar um desenho em forma de gota.

Antecedendo ao horário do lanche, a professora chama as crianças para lavar as mãos, e quando chega a hora, ela fala “piui” e todas as crianças se organizam em fila. No refeitório, o lanche é abençoado com a seguinte oração: “senhor jesus, obrigada por esse lanchinho, que nunca falte, amém”. Na mesa ao lado, outra professora também faz uma oração com as crianças antes de lanchar. Durante o intervalo, notou-se que uma criança, ao finalizar sua refeição, levantou-se para andar ao redor da mesa, a professora olhou para ela e disse: “você quer que eu fique chateada?” A criança responde que não, e a professora diz: “parece que sim”.

Neste dia em questão, era o dia destinado para as crianças irem ao parquinho. Notou-se que a professora, sempre que ia sair com as crianças, fazia “piui” e as crianças faziam a fila automaticamente. O tempo destinado ao parquinho era de 30 minutos, mas a professora comunicou que eles ficariam apenas 20 minutos, e o restante do tempo seria reservado para a organização e higiene das crianças.

Enquanto as crianças se divertiam, outra professora saiu com sua turma do maternal I, organizada em fila para o jantar. Ela parou no corredor e conversou com a professora do maternal II. Durante a interação, algumas crianças se dispersaram da fila e a professora do maternal I chamou atenção das crianças para que voltassem e continuassem andando. Em seguida, olha para a professora que está no parquinho e diz “tudo autista, tudo autista”. Ao finalizar os 20 minutos informado pela professora, ela chamou as crianças para fazerem a fila e se limparem antes de voltar para a sala. Entre o parquinho e a sala, havia um pássaro morto no chão, a professora fala que já faz dias que o animal está lá e ele não se decompõe, fazendo o seguinte comentário: “parece até macumba”.

No segundo dia de observação, a professora iniciou com a seguinte oração: “Senhor Jesus, obrigada por mais um dia. Eu te agradeço pela saúde, pelo alimento e pela vida, amém”. E depois cantou “sou uma florzinha de *jesus*, sou uma florzinha de *jesus*, abre a boquinha para cantar, fecho os olhinhos para orar. Sou um soldadinho de *jesus*, sou um soldadinho de *jesus*, sim de *jesus*”, como de costume.

Neste dia, estava presente uma professora auxiliar que faz o acompanhamento de três crianças autistas na turma. Em uma conversa entre as duas, a professora perguntou qual seria a programação da páscoa, e a professora auxiliar explicou como seria a programação e perguntou o porquê do questionamento, e a professora regente questiona: “porque é laico, né?” o assunto se encerra. Vale ressaltar, que a professora do maternal é recém concursada pelo município, antes disso, ela trabalhava há 10 anos em escola particular. Estava presente também a estagiária da turma, e em um diálogo sobre as crianças autistas da turma, ela fez o seguinte comentário: “esse aqui também é autista, mas ele é bonzinho”.

No terceiro dia de observação, notou-se um comportamento mais carinhoso da professora regente com as crianças, beijando-as e abraçando-as em diversos momentos, neste dia, ela procurou conversar quando as crianças choravam, sempre falando de forma calma com elas. Em um diálogo com a estagiária, ela comenta que prefere as crianças de 3 anos, porque os maiores já vêm com uma “cultura de mentira” de casa. No entanto, em outros momentos, a professora é mais rígida com as crianças, faz “chantagem emocional” para que eles atendam o que ela pede e quando começam a ficar mais agitadas, ela conta “1, 2, 3” e diz: “vão sentar, não autorizei ninguém a ficar correndo”. Só neste “1,2,3” as crianças já correm para as suas cadeiras.

Durante os dias de observação, observou-se que a professora utiliza bastante de recursos musicais para orientar as crianças. Como por exemplo, em um momento as crianças estavam fazendo bastante barulho batendo os pés no chão e a professora pediu para que as crianças parasse, pois estava doendo a cabeça do coleguinha (criança com TEA), e cantou para eles: meu amigo eu devo respeitar” e algumas crianças continuaram: “não pode bater, não pode machucar” e a professora completou: “não pode perturbar”.

Como a apresentação de páscoa estava se aproximando, a professora começou a ensaiar com as crianças a música “Amor de deus” da cantora Vaneyse. No ensaio, a professora cantava a música e pedia para as crianças prestarem atenção e imitarem os gestos que ela fazia, repetiu a coreografia várias vezes e ao final ela pediu para as crianças falarem “feliz páscoa”. Terminando o ensaio, a professora elogia as crianças: “nossa, mas vocês são muito inteligentes”. Esses elogios, são notáveis individualmente também, em um outro dia, quando ela viu um menino chorando ela perguntou: “cadê meu super menino?” buscando encorajar a criança a parar de chorar. Como também demonstrava uma postura de incentivo quando as crianças conseguiam realizar uma atividade, ela os parabenizou. Quando as crianças não conseguiam, ela dizia: “tudo bem, você poderá conseguir em outro momento”. Compreendemos aqui uma ambiguidade na relação professora/aluno, visto que há elementos positivos nas práticas da professora, que demonstra ser afetuosa com as crianças, que elogia e incentiva, mesmo que o *proselitismo* apareça de maneira espúria e fora das orientações curriculares formais.

### 3.3 Análise documental

Os documentos analisados foram o Plano Anual de Trabalho (PAT) de 2025 e o Plano de Ensino de 2023 a 2025. O PAT, apresenta aspectos gerais da instituição como data de inauguração, localização, quantitativo de turmas e funcionários, além dos horários de atendimento. A missão da instituição é promover o desenvolvimento integral das crianças através de um ambiente acolhedor, favorecendo a construção de sua própria identidade. O documento apresenta também a visão, os valores e o objetivo geral que busca alinhar suas ações ao próprio Projeto Político Pedagógico, a LDB, ao ECA, a BNCC e as Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Santarém. Entre os deveres da instituição, está o de receber as crianças com ética e profissionalismo, evitando palavras pejorativas. Por fim, o documento se dedica em apresentar o planejamento das ações, projetos e os meses que devem ocorrer, como apresentaremos brevemente a seguir.

Os projetos desenvolvidos são: **Escola e família**, que engloba desde reuniões pedagógicas até ações sociais distribuídas durante todo o ano. ○

**Multiculturalismo na escola**, que trata de datas comemorativas, como festa junina, aniversário de Santarém, páscoa e natal, sendo enfatizados em seus respectivos mês de comemoração. **O protagonista da escola: a criança como sujeito de direitos**, inclui programações sobre higiene, saúde, semana do brincar e da criança, com atividades em sala e eventos gerais. **Educação fiscal na Infância: aprendendo a ser cidadão**, realizado entre abril e dezembro, com ênfase na importância do civismo, atitudes de respeito, patriotismo, solidariedade e cidadania, este projeto trabalha mensalmente temas como “coragem”, “gratidão”, “tolerância”, “respeito”.

O Plano de Ensino, por sua vez, detalha as atividades ao longo do ano organizadas por bimestres, turmas e conforme a estrutura da BNCC, incluindo os campos de experiência, objetos de aprendizagem e habilidades. O documento traz também sugestões metodológicas como: acolhida, oração, rodinha de conversa, contação de história, brincadeiras e momentos onde as crianças escolhem atividades livres para realizarem.

Embora os documentos apresentem uma abordagem baseada na Base Nacional Comum Curricular, eles incorporam elementos que não estão previstos oficialmente, adicionando a páscoa como um dos elemento na coluna dos campos de experiências, onde é descrita como a “comemoração e partilha da verdadeira páscoa”, com exposição de símbolos, encenação, musicalização, acróstico e história. Ou seja, nos dois documentos a religião cristã aparece de forma sutil, em momento de oração em sala ou no início das programações, como no “Baile da família Folia”, “Auto de Natal” e no aniversário do CEMEI, citados no PAT, como um “momento orante”.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Como resultado obtido a partir das observações nas turmas de maternal II e pré II, é possível dizer que é inegável a presença do ensino religioso no CEMEI. Entretanto, ele se apresenta de forma distinta em cada turma. Além disso, outras questões que afetam negativamente a educação das crianças foram notadas durante o período, como o uso do termo “autista” de forma pejorativa, o que

contraria os princípios éticos estabelecidos no Plano Anual de Trabalho da instituição.

Ambas as professoras incorporam orações diárias e músicas cristãs em suas rotinas, no entanto, os objetivos são diferentes. A professora do maternal II naturaliza a prática religiosa, como parte natural do cotidiano em sala, isso gera uma contradição, já que ela própria questiona sobre a educação pública ser laica. Isto sugere que, para ela, a Laicidade existe “publicamente”, como se não abrangesse a prática dentro da sala. Notou-se também que a professora não utiliza expressões como “papai do céu não gosta” para controlar o comportamento das crianças, entretanto, recorre à “chantagem emocional”, quando pergunta às crianças, por exemplo: “você quer que eu chore também?” ou “você quer que eu fique chateada?”, para que as crianças se compadeçam e se comportem como ela deseja. Percebe-se essa atitude também como uma violência simbólica, pois as crianças reprimem seus sentimentos com receio de magoar a figura de referência que elas possuem no espaço educacional.

Por outro lado, a professora do pré II utiliza-se do nome de deus para obter disciplina, “ameaçando” as crianças com “se não se comportarem, não vão para o céu”. Ela também associa o bom comportamento a recompensas, como ganhar presente no natal e chocolate na páscoa. Além do mais, é dura e excludente quando as crianças não atendem o seu desejo de que sejam comportadas, obedientes e educadas, como pede em oração. Constatou-se a ineficiência das tentativas de controle em nome de deus, visto que seu efeito é passageiro e, como resultado, a professora do pré-II demonstrava insatisfação em relação ao comportamento das crianças. Ou seja, utilizar a violência simbólica para naturalizar os valores que a professora entende como corretos a fim de moldar seus alunos não contribui para um bom comportamento ou para a participação das crianças nas aulas, ainda que, em alguns momentos, as crianças reproduzam essa violência simbólica com os seus colegas.

Durante os dias observados, identificou-se que alguns profissionais da instituição têm uma visão estereotipada e preconceituosa quando se trata do Transtorno do Espectro Autista. Como citado nos relatos, o termo autista é utilizado como uma “ofensa”. Como também, classificam as crianças autistas que não apresentam desafios comportamentais como “bonzinhos”. Apesar de não ser o foco

desta pesquisa, essa problemática precisava ser destacada, já que corrobora para uma educação que não contempla a pluralidade de seres e o respeito à diversidade.

Relembrando as mazelas e a precarização histórica da infância apresentadas pela autora Gilda Rizzo em seu livro, podemos fazer a seguinte análise: ainda que a Educação Infantil tenha um papel crucial para pensar o cuidado e o desenvolvimento das crianças, e mesmo com os avanços legislativos, elas ainda são vulneráveis às ações dos adultos. Na maioria das vezes são invisibilizadas dentro da instituição que deveria promover e defender seus direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, como citado anteriormente pela BNCC. Apesar dos progressos, a concepção de criança e infância ainda mantém resquícios de uma educação tradicional e alguns profissionais deixam suas experiências pessoais religiosas refletirem no discurso, nas práticas e nos documentos da instituição, aparecendo de diferentes formas, seja por meio de músicas, datas comemorativas, orações antes de lanche ou até mesmo em “ameaças”, como apresentamos nos relatos. Deixando de reconhecer as crianças como sujeitos de direitos, negando-os à pluralidade de ideias, o respeito à tolerância e desobedecendo a proibição de praticar ações *proselitistas*, como preconiza a LDB.

## 5 CONCLUSÃO

A fim de responder como o *proselitismo* se manifesta como conteúdo escolar oculto e quais práticas docentes podem ser identificadas como *proselitistas*, este estudo etnográfico conseguiu identificar a presença da religião cristã nos documentos do CEMEI, mesmo que seu objetivo geral seja promover uma educação alinhada com as normas oficiais da LDB, ECA e BNCC. Com base nos estudos desses marcos normativos, em especial a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, revelou-se a ausência de qualquer prescrição para o trabalho com a temática religiosa, como foi observado nas práticas e analisado nos documentos da instituição. Deste modo, o que, a princípio, objetivamos estudar como um ensino religioso “oculto” na educação infantil, na realidade, configura-se, como um ensino

religioso *clandestino*<sup>3</sup>, visto que ele não se faz presente na BNCC da educação infantil e, apesar disso, ainda assim aparece sutilmente nos documentos do CEMEI.

Além disso, este ensino religioso *clandestino* se destaca nas práticas de algumas professoras, se manifestando a partir de orações, do discurso associando obediência a recompensas divinas, no uso de cantigas cristãs para fins lúdico-pedagógico, no momento das brincadeiras e nas apresentações de cunho religioso, como a páscoa e o natal. Pode-se questionar se tais elementos configuram-se como práticas *proselitistas* ou se são resquícios de costumes históricos, devido às influências religiosas na educação infantil<sup>4</sup>. De todo modo, esses elementos não só apresentam uma visão limitada de fé, como produzem violência simbólica no ambiente educacional, resultando na reprodução pelas próprias crianças. Apesar de terem abordagens diferentes para manifestar o *proselitismo* no espaço educacional, ambas as professoras, juntamente com a instituição, reforçam uma única visão de fé, limitando as crianças à diversidade religiosa e cultural, apresentando desconformidade com seus princípios éticos e os direitos das crianças. Portanto, constatou-se a necessidade de uma formação continuada, que atualize as professoras quanto aos marcos legislativos vigentes, bem como a reelaboração dos documentos curriculares da instituição que, de fato, estejam alinhados com as normas nacionais para a educação infantil.

Diante do que foi exposto, o Centro Municipal de Educação Infantil não deveria deixar que apenas uma vertente religiosa predomine nas atividades vivenciadas no cotidiano escolar, visto que ele é a porta de entrada de inúmeras crianças para a vida em sociedade, uma sociedade que é diversa em culturas, crenças, valores, ideias e conhecimentos. Da mesma forma, a instituição não poderia se aproveitar da necessidade de mães e pais que confiam a ela seus filhos e usufruir de seus poderes para repercutir nas crianças a crença que acredita ser a “melhor”. Por isso, reforço um dos princípios do DCNEI, de romper com as relações de dominação seja ela, etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e, especialmente, religiosa.

---

<sup>3</sup> Fora da legalidade; ilegítimo.

<sup>4</sup> Embora a Constituição Federal de 1988 (Artigo 5º, VI) assegure a liberdade inviolável do indivíduo de professar sua fé, do ponto de vista pedagógico, profissional e institucional, considerando que o Brasil é um país laico (Artigo 19º, I) não há espaço para práticas religiosas no exercício da função pública docente.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. — 18 ed. - Campinas–SP: Papyrus, 2012.
- BARROS, Aline & CIA 3. **As Pirâmides de Faraó**. MK - Música Kids, 2020. 1 vídeo (3 min 30 s). Disponível em: <https://youtu.be/tjh2SW37IBE?feature=shared>. Acesso em: 25 maio 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.
- BRANCO, Jordana, Castelo; CORSINO, Patrícia. **O discurso religioso em uma escola de Educação Infantil: Entre o silenciamento e a discriminação**. Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 3, p. 128-142, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Escola Infantil: Pra que te quero?** In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da S. Educação infantil: pra que te quero? Artmed Editora, 2009.
- DIDONET, Vital. **Creche: a que veio... para onde vai...** Em aberto, Brasília, v. 18. n. 73. 2001.
- MOREIRA, Antônio Flávio B.; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2007.
- NOGUEIRA, Julianna de Souza. **O ensino religioso sob o olhar histórico legal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SCOLARO, Silvia. Alves Tavares. “**Cuidado boquinha no que fala, o salvador do céu está olhando pra você**”: Educação infantil e religião. Revista *Fragmentos de Cultura* - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, Brasil, v. 31, n. 2, p. 311–327, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.